

## Semana difícil e de muitas reuniões no Mercosul

Na segunda feira o Presidente De La Rúa, Domingo Cavallo e Adalberto Giavarini virão a SP para informar a Fernando Henrique, Pedro Malan e Celso Lafer sobre as medidas que o governo argentino tomará nos próximos dias e que implicarão mudanças nas regras do Mercosul. Originalmente estava previsto uma reunião na terça feira entre os Ministros da Economia e Relações Exteriores, que tentariam fechar um acordo político de preservação do Mercosul como uma União Aduaneira, mas ontem (06/10) o governo argentino comunicou a mudança do formato e agenda do encontro. Entre outras questões o governo argentino pedirá ao Brasil compensações em alguns setores considerados sensíveis, "onde a desvalorização do real provocou sérias distorções às indústrias locais".

Ao mesmo tempo, o **Grupo do Mercado Comum- GMC**, integrado pelos principais negociadores e técnicos dos quatro países do bloco, estará discutindo em Montevideu, no Uruguai, os temas práticos da pauta comercial. Entre os temas que serão abordados está a possibilidade de revisão das regras da Política Automotiva Comum (PAC), com a finalidade de eliminar o comércio controlado entre Brasil e Argentina. A discussão estava travada desde o início de julho, quando o governo argentino baixou a resolução 258, que reduziu a preferência tarifária para a entrada de bens de capital, de itens de informática e de telecomunicações e veículos do Brasil no país vizinho.

Por outro lado, a Comissão **Parlamentar Conjunta do Mercosul** resolveu reunir-se em SP no dia **08 e 09**, ao mesmo tempo que os governos, para aprovar uma nota em defesa do fortalecimento da UA e do Mercosul. E, em Montevideu, nos dias **9 e 10**, se reunirá o **Foro Consultivo Econômico Social**, para discutir uma Recomendação ao GMC sobre as negociações com a União Européia e analisar o momento que atravessa o Mercosul.

**NÃO AO TERROR E NÃO A GUERRA  
CONTRA O APOIO DOS PAISES DO MERCOSUL  
A ESCALADA MILITAR DE BUSH**

### Sindicato Mercosul – clic sobre os títulos para ler mais notícias

**Brasil : bancários**

Servidores do Banco Central entram em greve

**Funcionalismo**

MEC faz tudo para não pagar grevistas

**Brasil : Volks** - propõe salário menor para evitar 4.000 demissões

**Embraer** - Demitidos da farão protesto em Brasília

**Argentina : aviación**

Los gremios siguen en lucha pero sin medidas de fuerza

**Argentina : aviación**

Aerolíneas paga hoy parte de los sueldos

**Uruguay : crisis**

PIT-CNT : Diagnostico y salidas a la crisis actual

**Paraguay : telecom**

Sindicatos piden la cesión gratuita del 10% de Antelco

**Uruguay : empleo-**

Motociclo en breve el reintegro de 210 operarios

## Sindical

### Brasil - Governo espera mudar leis trabalhistas CLT ainda neste ano

O governo espera aprovar até o final do ano o projeto de lei permitindo que a negociação de direitos trabalhistas prevaleça sobre a legislação. O projeto - que altera a redação do artigo 618 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) - foi enviado ao Congresso Nacional sem o pedido de tramitação em regime de urgência constitucional, como estava previsto. O ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, disse ontem que o governo ainda poderá pedir a urgência, o que significa que a proposta terá 45 dias para ser votada – o que não será fácil pois em vésperas de eleições é mais difícil obter aprovação de projetos polêmicos.

Na prática, o projeto faz com que as negociações entre patrões e empregados prevaleçam sobre o que está "legislado", ou seja, esteja garantido por lei. Abre possibilidade para que sejam negociadas as condições para a aplicação de garantias previstas na Constituição e regulamentadas na CLT. O projeto permite que tudo seja revisto, desde que não contrarie a Constituição e a saúde e a segurança do trabalhador.

**Centrais Sindicais divergem** - A Força Sindical realizará reunião na segunda-feira para se posicionar oficialmente sobre a medida, entretanto o presidente da central, Paulo Pereira da Silva, é favorável ao projeto de Dornelles. "Na prática, os sindicatos já vinham fazendo isso, e o Ministério Público atrapalhava."....."Acho a mudança até tímida. Deveríamos ter uma legislação que ampliasse ainda mais o poder de negociação dos sindicatos e centrais sindicais."

A SDS (Social Democracia Sindical) acha que a discussão em torno da legislação trabalhista é oportuna, mas não pode ficar restrita à flexibilização da CLT. "Se não vier junto com uma mudança da Justiça do Trabalho e da lei sindical, voltaremos ao capitalismo selvagem. É muito perigoso", avalia o presidente da SDS, Enilson Simões, o Alemão.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) é totalmente contra a proposta e promete combater as idéias do governo dentro do Congresso Nacional. O presidente da central, João Felício, acredita que direitos trabalhistas assegurados na Constituição serão retirados dos trabalhadores. Ele afirmou não acreditar que as conquistas constitucionais sejam mantidas com a alteração na lei e disse que se projeto for aprovado, o pagamento da licença-maternidade poderá ser fragmentado, e o décimo terceiro salário, parcelado.

Na segunda-feira, CUT e CGT têm reunião para discutir uma estratégia conjunta para derrubar o projeto.

**Quais direitos podem acabar - Férias** - A Constituição assegura o direito a férias, mas é a CLT que detalha as regras. Patrões e empregados poderão negociar a duração, por exemplo

**Hora extra-** Também está prevista na Constituição, mas desde que seja superior em 50% ao período normal. Para os demais casos, poderá haver negociação

**Descanso semanal-** O texto constitucional afirma apenas que o repouso semanal remunerado deve ser preferencialmente aos domingos. O entendimento do governo é que isso pode ser negociado

**Licença-paternidade-** O benefício é previsto na Constituição, que remete a fixação de regras para legislação específica. Atualmente, ele é de cinco dias

**Adicional noturno-** A remuneração deve ser superior à do diurno, segundo a Constituição. A proporção, no entanto, é definida em legislação infra-constitucional

**Licença-maternidade-** O valor poderá ser negociado, já que a Constituição não define qual o valor da licença-maternidade. Hoje, as trabalhadoras recebem uma licença-maternidade equivalente ao salário da ativa. A Constituição garante apenas o direito à licença, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias

**FGTS-** A Constituição garante o direito ao FGTS, mas não define qual é o valor da contribuição. Hoje, as empresas recolhem 8% do salário do funcionário. Com a reforma, o percentual da contribuição poderá ser negociado entre empresas e trabalhadores.

**Aviso prévio** - A Constituição estabelece apenas o direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de no mínimo de trinta dias, mas não fixa o valor do benefício. (*Folha de São Paulo, Folha Online - Diário do Grande ABC- 05/10/2001*)

**Brasil deve perder 600 mil empregos neste ano** - Nos números das estatísticas formais, o desemprego pode não disparar até o final deste ano, mas especialistas e analistas do mercado de trabalho prevêem a extinção de um número entre 600 mil e 800 mil postos de trabalho até dezembro no país. Nos primeiros meses de 2002, o nível de emprego deve cair ainda mais.

A estimativa leva em consideração as vagas que deixarão de ser criadas por causa da desaceleração da economia e as demissões que ocorreram, principalmente de julho até agora, no setor industrial. Para cada 1% de crescimento da economia nacional, são criadas entre 350 mil e 400 mil vagas.

Os setores mais atingidos devem ser o de bens de consumo duráveis (como carros e eletrodomésticos) e da construção civil. A indústria de alimentação e setores que podem exportar, como calçados, devem ser favorecidos. A construção civil já registrou o fechamento de pelo menos 5.000 postos de trabalho no Estado de São Paulo nos últimos quatro meses.

*Estudo do Prof Waldir Quadros, da Unicamp mostra que a concentração de renda foi agravada pelo desemprego durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que atingiu principalmente as camadas mais pobres da população. Além disso, 54% dos desocupados têm até 24 anos de idade. Metade deles (27%) encontra-se na faixa de 15 a 19 anos. (FSP, 07/10/01)*

**El PIT-CNT busca la formula de reunificación** - El día 3 del corriente comenzó a analizarse entre los miembros del secretariado Ejecutivo del PIT-CNT y los representantes de los nueve gremios que resolvieron no integrar la Mesa Representativa una fórmula de "reunificación" de la dirección del movimiento sindical.

La propuesta que presenta el Secretariado Ejecutivo reconoce en su primer punto que " es absolutamente imprescindible para poder abordar con éxito los desafíos que tiene planteados nuestra clase resolver en el marco de una discusión profunda y unitaria la crisis desencadenada a partir de los sucesos del reciente VII Congreso. Por lo cual una serie importante de sindicatos ha resuelto no integrarse al organismo máximo de conducción política, esto es, la Mesa Representativa del PIT-CNT".

En el tercer punto la propuesta indica que "se resuelve considerar que los criterios contenidos en la propuesta del Congreso de la FUM-TEP son un aporte para la discusión y, por ello, se trasladan al conjunto de los sindicatos para que se consideren y pronuncien en el plazo comprendido entre la próxima Mesa Representativa (sábado 6 y los primeros días de noviembre). Debiendo canalizar los aportes y consideraciones, a través de la Comisión de Reestructura. Esto se hace extensivo a posibles propuestas que puedan surgir por parte de otros sindicatos. (*Correo Sindical Mercosur*)

**Dispar acatamiento al paro docente** - El sexto paro del año de la Confederación de Trabajadores de la Educación (CTERA) tuvo ayer un adhesión desigual en las escuelas de todo el país.

Fue una medida de fuerza que afectó a todos los niveles —inicial, primario, secundario y terciario— para exigir al Gobierno el pago de las cuotas atrasadas del fondo de incentivo docente, de 60 pesos mensuales. Los maestros reclaman mayo, parte de agosto, setiembre y octubre.

En la provincia de Buenos Aires, el conflicto docente, que lleva ya dos meses, volvió a agravarse. Como la Legislatura bonaerense no trató ayer el proyecto de ley para reformar la liquidación de los descuentos en los sueldos de los maestros, los gremios profundizarán su oposición. El Gobierno además anunció que descontarán el día a los maestros que no justifiquen la inasistencia.

La Federación de Educadores Bonaerenses (FEB) parará hoy, el miércoles 10 y continuará con un paro por semana, hasta que se apruebe la modificación de la ley. El otro gremio, SUTEBA, convocó a un paro de 72 horas desde el miércoles al viernes de la semana próxima.

Como se repite en cada paro nacional, las autoridades y los gremios realizaron evaluaciones opuestas del alcance de la huelga. A nivel nacional, el Ministerio de Educación aseguró que se produjo "un bajo acatamiento en la mayor parte de las jurisdicciones, salvo en Jujuy, donde la situación está particularmente deteriorada". Para el gremio, se plegó el 90 por ciento de los maestros.

En la Ciudad de Buenos Aires se repitieron las contradicciones: la Secretaría de Educación porteña informó que el presentismo fue del 55 por ciento, y para CTERA sólo alcanzó el 7 por ciento. En la provincia de Buenos Aires el paro tuvo una fuerte adhesión en el conurbano bonaerense, donde según los datos del gremio hubo un ausentismo superior al 90%. En el resto de la provincia, la huelga apenas se sintió, con distritos que tuvieron clases con normalidad. Las autoridades educativas bonaerenses no difundieron ningún comunicado sobre el paro.

Según datos del Ministerio de Educación, en Formosa, Tucumán y Jujuy —donde el paro fue total— y en el conurbano bonaerense, con una adhesión del 70%, fue donde más se sintió la huelga. En las secundarias porteñas la adhesión fue de alrededor del 25% por ciento y en las primarias, el 46%. *(Clarín 05/10/2001)*

**Uruguay- La salud y el transporte se movilizan hoy contra el IVA** - Unidos en un frente común se movilizan hoy gremios de la salud y del transporte, en algunos casos con paros y marchas, tomando como punto coincidente el rechazo a la proyectada aplicación del 19% del IVA a esos sectores, aunque en las plataformas de cada gremio hay otros reclamos específicos.

La Federación Uruguaya de la Salud (FUS), la Federación de Funcionarios de Salud Pública (FFSP), la Asociación de Funcionarios del Hospital de Clínicas, y los trabajadores del área sanitaria del Banco de Seguros del Estado se concentrarán a la hora 10 en el Obelisco. De allí marcharán a pie hasta el Ministerio de Salud Pública (MSP) donde realizarán un acto y finalmente se dirigirán al Ministerio de Economía y Finanzas. El paro de los trabajadores no técnicos de la salud privada será entre la hora 9 y las 15, en tanto que la FFSP detiene sus tareas entre la hora 6 de hoy y las 18.

La FUS sostiene que la aplicación del IVA agravará la situación del mutualismo, que ya perdió 85 mil afiliados en un año, con un aumento del 10% en la cuota mutual, según el secretario general del gremio, Jorge Bermúdez. También reclaman por la falta de soluciones para el sector, pese al acuerdo alcanzado el 4 de abril de este año en la comisión multisectorial, y el no pago de un aumento acordado. Bermúdez calificó la situación como de "confrontación creciente" y la dirigencia gremial está facultada para aplicar en cualquier momento medidas más fuertes.

La FFSP se opone frontalmente a la reestructura del MSP en lo que respecta al cierre de policlínicas de los hospitales generales, pasándolas a centros que no tienen las condiciones necesarias, afirmó la dirigente Carmen Galizzi. Esto determinó el reciente conflicto en el hospital Saint Bois, actualmente en vías de solución a través de una mesa de diálogo.

Por su parte, los trabajadores de las empresas cooperativas del transporte colectivo urbano y suburbano realizarán hoy una marcha en rechazo a la eventual aplicación del IVA al sector. La movilización culminará en el Palacio Legislativo, donde se pretende entregar un documento con las propuestas del sindicato para la reactivación del sector. El dirigente de la Asociación de Cooperativistas del Transporte, Hugo Bosca, dijo a El Observador que esta movilización se llevará a cabo sin afectar los servicios y "marca el inicio de un frente común entre empresarios y trabajadores" contra la aprobación del impuesto. *(El observador, 05/10/2001)*

**Nuevas protestas de estatales en el Chaco-** Manifestantes agrupados en la Coordinadora de Gremios Estatales se movilizaron hasta la Casa de Gobierno y tomaron por unas horas el hall del edificio, en protesta por la aprobación anteayer de los bonos Quebracho por parte de la Cámara de Diputados de la provincia y contra "la represión de la policía" por los graves choques durante esa jornada en esta capital. Ayer liberaron a los 25 manifestantes que habían sido detenidos tras las refriegas, pero volvieron a registrarse reclamos, esta vez sin enfrentamientos.

Los manifestantes llamaron a resistir la ley aprobada por la Cámara de Diputados del Chaco, que dio nacimiento al bono Quebracho para hacer frente a la situación financiera de los municipios y el gobierno provincial, lo que dejó abierta la posibilidad de que los sueldos comiencen a ser abonados con bonos. Los empleados estatales se oponen a eso. Durante la protesta el secretario general de la Unión de Empleados Judiciales de la Nación, Julio Piumato rechazó los bonos al sostener que "son iguales a los que se emiten en Formosa y allí no saben dónde meterlos".

En su carta a De la Rúa, el gobernador Rozas le pidió una "especial intervención" frente a la crisis del Chaco, que "pone en riesgo la continuidad de funciones y servicios esenciales. Por su parte, el vicegobernador de la provincia, Roy Nikich, informó que la próxima semana el Chaco, con un escrito individual, se sumará a la ofensiva de otros Estados por la defensa de la coparticipación, con una presentación ante la Corte Suprema de Justicia de la Nación. (*La Nación*- 05/10/2001)

**Marcha em defesa da educação pública reúne 40 mil** - A 2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE/CUT) superou as expectativas. A Marcha, que reuniu, aproximadamente, 50 mil pessoas, foi tranqüila, desde o seu início, às 14 horas, em frente à Catedral, até o seu fim, às 17h30, diante do Ministério da Educação, depois de uma volta por toda a Esplanada dos Ministérios. A CNTE e a CUT esperavam a participação de, no máximo 20 mil pessoas.

Segundo a CUT, esta Marcha foi a maior manifestação em favor da Educação já realizada em Brasília. A PM estimou a participação de 40 mil pessoas. Charangas, bandas de forró e fanfarras estudantis deram um toque de alegria à manifestação. Um grupo de 44 índios Terenas viajou 14 horas de ônibus para protestar contra as condições de educação dos índios. Segundo Mauro Terena, a principal reivindicação é a criação de uma universidade nacional para os povos indígenas. Cerca de 50 crianças do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, em "pernas-de-pau", exigiram mais respeito à educação no país.

A Marcha contou com professores, funcionários de escolas, estudantes secundaristas e universitários, estudantes dos cursos de formação da CUT, servidores federais em greve, trabalhadores rurais, metalúrgicos, químicos, bancários, petroleiros e populares. (*Informacut* n. 79, 04/10/01)

**Venezuela- Arranca campaña electoral para la presidencia de la CTV.** Este fin de semana arrancará en todo el país la campaña por la presidencia de la Confederación de Trabajadores de Venezuela, el comité ejecutivo de 24 federaciones regionales (o de provincias), el tribunal disciplinario, la comisión de contraloría, la comisión de ética, el concejo central y los delegados a los Congresos Extraordinarios de la Organización. A partir de sábado los 6 candidatos y sus equipos de trabajo enfilarán sus baterías para captar el mayor número de simpatizantes entre la clase trabajadora. Así tenemos que Carlos Ortega, dirigente petrolero representa al Frente Unitario de Trabajadores de Venezuela, con una primera opción en encuestas y elecciones, seguido por el dirigente del sector telefónico, Alfredo Ramos por el Nuevo Sindicalismo. Por su parte la Fuerza Bolivariana de Trabajadores, en alianza con Autonomía Sindical enarbola la bandera de Aristóbulo Istúriz y la Alianza Sindical Independiente apoya a Carlos Navarro. Froilán Barrios del Frente Constituyente de Trabajadores y Reina Sequera del Grupo disidente del Frente Bolivariano de Trabajadores, también participan en la contienda. (*ORIT- Reporte De Prensa*- 03-10/2001)

**Montadoras brasileiras querem reduzir salários** - A Anfavea (Associação Nacional de Veículos Automotores) espera fechar este ano com os sindicatos de representação dos trabalhadores do setor acordos que priorizem a flexibilidade da jornada de trabalho. Segundo o primeiro vice-presidente da Anfavea, Ricardo Carvalho, a medida é o instrumento mais adequado para enfrentar momentos de crise. Segundo ele, a negociação da flexibilização terá um modelo diferente para cada uma das montadoras. "Depende da criatividade de cada empresa e da sua situação de mercado."

Carvalho deixou claro que a negociação de flexibilização da jornada envolve muito mais do que a quantidade de horas trabalhadas na semana. "Flexibilidade pode ser redução de horas, criação de banco de horas, redução de salários."

Mas o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que representa todos os trabalhadores das montadoras instaladas na região, já deixou claro que não vai negociar flexibilização da jornada por enquanto e muito menos redução de salário.

"Primeiro queremos fechar nosso acordo coletivo. Somente depois poderemos discutir a flexibilização. Até porque a flexibilidade atende a um problema conjuntural e nós queremos solucionar as questões estruturais", disse o presidente do sindicato, Luiz Marinho. (*Folha Online, 05/10/2001*)

**Control integrado aún espera** -En un plazo de 15 a 30 días estaría operando el control integrado entre las aduanas de Foz de Yguazú y Ciudad del Este, como medida para disminuir el contrabando y aumentar las recaudaciones.

Así lo anunció en la víspera el ministro de Hacienda Francisco Oviedo tras una visita que realizó a esta capital departamental junto con el canciller nacional, José Antonio Moreno Ruffinelli, y el embajador del Brasil en nuestro país, Luiz Augusto de Castro Neves.

Mientras el control integrado no se implemente, vehículos llenos de mercaderías seguirán cruzando el puente sin ningún control, como sucedió en las mismas narices de los ministros.

El control integrado brindará mayor fluidez a la circulación en el puente, sobre todo con el traspaso a Algesa de los camiones de extrazona.

Por otro lado, el titular de Hacienda adelantó la intención de crear una zona franca en el Este. "De hecho, aquí existe una zona franca, lo que vamos a hacer es transparentarla", comentó.

Sin embargo, el embajador brasileño considera que la instalación de una zona franca en Ciudad del Este es algo incompatible con un mercado común, área de libre comercio o unión aduanera. "No sé a quién venderán, porque al Brasil difícilmente puedan hacerlo si son mercaderías de extrazona", afirmó, aunque aclaró que la instalación de una zona franca es potestad del Gobierno paraguayo. (*Última Hora, 02.10.01*)

**Preconceito na fronteira** -\_Em Uruguiana reclamam que os atentados terroristas nos EUA desencadearam uma onda de racismo nas aduanas argentinas. Dizem que clientes que tentam entrar na Argentina com mercadorias em sacolas com logotipo de estabelecimentos comerciais dos árabes e seus descendentes sofrem severa fiscalização. Autoridades argentinas negam a perseguição e atribuem o rigor ao fato do seu país já ter sido vítima de atentados terroristas. Uruguiana, a cerca de 650 quilômetros de Porto Alegre, é o maior centro comercial da Fronteira Oeste. O comércio não vive uma grande euforia com os compradores argentinos e uruguaios. Mas está tendo bons lucros. Segundo estimativas de um economista local, cerca de US\$ 1 milhão estão sendo deixados semanalmente nas lojas pelos compradores castelhanos. (*Zero Hora, 05.10.01*)

**Industria de Uruguay pierde mas puestos de trabajo** - Un informe elaborado por el Departamento de Estudios Económicos de la Cámara de Industrias revela que entre 1999 y 2000 se perdieron en el sector industrial 1.749 puestos de trabajo, lo cual significa una baja de 2%. De esa manera se mantiene la tendencia, iniciada en comienzos de los 90, por lo cual el país se desindustrializa cada vez más.

En 1988 se empleaba a 171 mil personas; 12 años después habían desaparecido 87 mil de esos puestos. El sector textil vio como desaparecía una cifra cercana a los 15 mil puestos de trabajo. (*La República 1º/10/01*)

## Mercosul

## Reunión de los Consejos Consultivos Empresarial y Laboral Andinos y del Foro Consultivo Económico Social

**del Mercosur-** Uno de los resultados más importantes de la reunión fue el comunicado conjunto en él señalan, entre otros aspectos, la importancia de la integración entre la Comunidad Andina y el Mercosur, como alternativa eficaz para promover mayores niveles de crecimiento y desarrollo económico y social de nuestros países. Por lo cual manifestaron su apoyo al proceso de negociaciones en curso, señalando la necesidad de que los gobiernos tomen en consideración las particularidades y necesidades de los sectores productivos y actores sociales de los países miembros de ambos bloques. (*Reporte de Prensa, ORIT, 05.10.01*)

### Comunicado Conjunto

Los participantes en la Primera Reunión Conjunta de los Consejos Consultivos Empresarial y Laboral Andinos y del Foro Consultivo Económico Social del MERCOSUR llevada a cabo en la ciudad de Lima los días 1 y 2 de octubre de 2001, coincidimos en señalar:

La integración entre la Comunidad Andina y el MERCOSUR, es una alternativa eficaz para promover mayores niveles de crecimiento y desarrollo económico y social de nuestros países, en condiciones de justicia y equidad, a la vez que se renuevan y fortalecen los vínculos de cooperación, solidaridad y confianza mutua para la convivencia pacífica en la región, indispensables para el ejercicio pleno de los derechos humanos fundamentales en el marco de la democracia participativa.

Por ello, manifestamos nuestro apoyo al proceso de negociaciones en curso, señalando la necesidad de que los gobiernos tomen en consideración las particularidades y necesidades de los sectores productivos y actores sociales de los países miembros de ambos bloques, con el propósito de promover el eficaz aprovechamiento de los beneficios derivados de un mercado regional ampliado y la inserción competitiva de nuestras economías en el escenario internacional.

En este contexto, reconocemos la corresponsabilidad de los actores y agentes de la sociedad civil de participar de manera activa y eficiente en dicho proceso, mediante la creación y la consolidación de mecanismos de diálogo y concertación social entre las instituciones consultivas de ambos bloques en áreas de mutuo interés, tales como: acuerdo CAN-MERCOSUR; las negociaciones en el marco del ALCA; los instrumentos sociolaborales de ambos bloques; infraestructura y complementación productiva.

Exhortar la ratificación de la Carta Social Andina y el Protocolo Sustitutorio del Convenio Simón Rodríguez por parte de los Congresos nacionales de los países miembros de la Comunidad Andina, así como la plena vigencia de la Declaración Sociolaboral del MERCOSUR.

1. La heterogeneidad de los 34 países del ALCA, las diferencias de política comercial y la cuestión de la distribución de costos y beneficios de la integración deben ser preocupaciones consideradas por los gobiernos de nuestros países. Nuestras instituciones analizarán en profundidad estos temas en la próxima reunión conjunta.

2. Expresamos nuestro más sincero agradecimiento al Consejo Económico y Social de España (CES), a la Corporación Andina de Fomento (CAF) y a la Secretaría General de la Comunidad Andina por su valioso apoyo para la realización de esta primera reunión. La misma nos permitió intercambiar conocimientos y experiencias en torno a nuestros procesos de integración, así como sentar las bases para desarrollar futuras acciones conjuntas y establecer vínculos de amistad.

En este sentido, los invitamos a continuar brindándonos su colaboración para consolidar los mecanismos de diálogo y concertación social entre ambos bloques, particularmente para la celebración de un segundo encuentro entre nuestras instituciones consultivas que se llevará a cabo a finales del mes de noviembre en la ciudad de Montevideo, Uruguay.

Los participantes celebran la iniciativa del CES de España de organizar, durante la presidencia española de la Unión Europea, un Encuentro de las organizaciones de diálogo y concertación social de América Latina y la Unión Europea.

*Dada a los dos días del mes de octubre de 2001.*

**Consejo Consultivo Empresarial Andino** - *Guillermo Morales*- Presidente

**Consejo Consultivo Laboral Andino**- *Bruno Apaza*- Presidente

**Foro Consultivo Económico Social Mercosur**- *Alvaro Padrón* - Coordinador Sindical

*Andrés Lerena*- Coordinador Empresarial y *Daniel Bentancur*- Coordinador Sector Diversos

## **Secretario General de la CAN propone "aunar esfuerzos" con Mercosur para enfrentar crisis mundial**

- El Secretario General de la Comunidad Andina (CAN), Sebastián Alegrett, al inaugurar en Lima, la I Reunión Conjunta de los Consejos Consultivos Empresarial y Laboral de la Comunidad Andina y del Foro Consultivo Económico y Social del Mercosur, planteó la necesidad de aunar esfuerzos con el Mercosur para enfrentar con éxito la crisis mundial. "El contexto internacional así lo exige", recalcó.

Alegrett recalcó que la prioridad inmediata de la Comunidad Andina es su relación con el Mercosur, porque es consciente de que juntos pueden enfrentar con éxito la crisis y al mismo tiempo lograr que las negociaciones en el ALCA sean "unas reales negociaciones y no una simple aceptación de los términos que se ponen en la mesa".

Manifestó que la presencia de los actores de la integración de ambos bloques en esta reunión - empresarios y los trabajadores, a los que se suman representantes de la sociedad civil en el caso del Mercosur- es importante "en momentos en que necesitamos reafirmar la integración sobre todo desde la perspectiva actual de crisis mundial".

Dijo que en el caso de la integración sudamericana, las circunstancias externas no admiten demora en la suscripción del Acuerdo de Libre Comercio entre la CAN y el Mercosur, previsto para el 31 de diciembre del año en curso. "Algunos piensan que podría demorarse un poco más, pero tenemos que honrar los compromisos asumidos y ser imaginativos para superar los obstáculos", puntualizó.

Manifestó que se pueden ir resolviendo los escollos de carácter económico porque los políticos ya están superados al crear los cancilleres de los dos bloques, en julio de este año, un mecanismo de consulta política, que permitirá marchar juntos en las negociaciones del ALCA e igualmente frente a la eventual Ronda de Negociaciones Comerciales Internacionales en el ámbito de la OMC. ( leia na íntegra em [sindicatomercosul.com.br](http://sindicatomercosul.com.br) ) 02/10/2001

**Reclaman fondo de compensación a Brasil** - El gobierno uruguayo propuso ayer a su par brasileño crear un mecanismo de estabilización del comercio regional a través de la creación de una banda promedio de variación del tipo de cambio real y un fondo que se nutrirá de los aportes que haga el país que exceda esa pauta. Durante el encuentro que se celebró en el Edificio Mercosur, Argentina también planteó un mecanismo de compensación, cuyos detalles no trascendieron. Las fuentes dijeron que, a pesar de defender su propuesta, los argentinos quedaron "bastante entusiasmados" con el planteo uruguayo.

Las posibles soluciones a este problema fueron analizadas el domingo por el ministro de Economía, Alberto Bensión, con su par argentino Domingo Cavallo, quien realizó una visita relámpago a Montevideo. Ayer Bensión se reunió con el ministro de Hacienda brasileño, Pedro Malan, quien acompañó a sus subalternos a la reunión del GMM.

En una conferencia de prensa ambos Ministros dijeron que no se suspenderá la aplicación del Arancel Externo Común (AEC) sino que habrá una flexibilización ante las iniciativas de los socios, tal cual ha sido la regla en los últimos 10 años. Al hablar sobre el AEC, Malan dijo de la importancia de conservarlo en las negociaciones del bloque con la Unión Europea y Estados Unidos y que Brasil tiene "una visión compartida" con los demás socios del Mercosur en cuanto a que el AEC es "una parte integrante" de las negociaciones con los otros bloques regionales. Sin embargo dijo que "eso no quiere decir" que los socios no tengan flexibilidad ante el pedido de otro, como ya se hizo con Argentina, cuando pidió aumentar a 35% el arancel a los bienes de consumo y bajar a cero el de los bienes de capital. (*El Observador*, 02/10)

**Brasil aceptaría flexibilizar el Mercosur** - Brasil dio señales claras de que irá con "oídos abiertos" a la reunión bilateral con Argentina, que se realizará el martes en la capital paulista. Lo sugirió ayer claramente el ministro de Industria y Desarrollo, Sergio Amaral.

Esto significa que el gobierno de Fernando Henrique Cardoso está dispuesto a "flexibilizar" el Mercosur, con el fin de evitar que las exportaciones brasileñas coloquen en riesgo sectores sensibles de la industria argentina.

En esa decisión de ablandar posiciones, y oír las demandas del gobierno argentino, hay también un temor de Brasil a las consecuencias, sobre su propia economía, que puede tener una agudización de la crisis argentina. (...) Pero el equipo económico brasileño y la cancillería local dejaron en claro hasta dónde llega la decisión brasileña de "flexibilizar" algunas normas del Mercosur.

"No podemos confundir la parte cambiaria con la parte comercial. Nuestro régimen cambiario es de exclusiva competencia del gobierno brasileño. De la misma forma que el régimen cambiario argentino es de competencia de los argentinos" enfatizó Lafer.

Todo indica que Brasil se orientará hacia otra clase de medidas, como las de reflotar el "régimen de adecuación", un esquema que rigió en el Mercosur hasta principios del 2000. Esto excluyó, hasta entonces, una serie de productos sensibles del libre comercio en el bloque. (*Clarín*, 05.10.01)

**Mercosul luta por consenso para ir à U E** - Em meio ao clima de aprofundamento das desavenças entre Brasil e Argentina, os países do Mercosul reúnem-se hoje em Montevideu para tentar firmar proposta conjunta para um acordo de livre comércio com a União Européia (UE). O objetivo é chegar a uma posição comum do Mercosul para ser levada à aprovação do Grupo Mercado Comum (GMC), em sua próxima reunião, na semana que vem na capital uruguaia.

A delegação brasileira chegou ontem a Montevideu. Permaneceu em reuniões internas, preparatórias para o encontro de hoje intra-Mercosul. Negociadores brasileiros procuram minimizar os possíveis impactos da crise Brasil-Argentina sobre o rumo dos entendimentos Mercosul-UE.

'Os interesses do Mercosul nas negociações com a UE são comuns e coincidentes', argumentam os diplomatas, torcendo pela união de posições e de olho no calendário. Afinal, o Mercosul assumiu compromisso com os europeus de apresentar proposta oficial do bloco na próxima reunião do comitê de negociações birregionais, no dia 31, em Bruxelas, na Bélgica.

Em outras esferas, no entanto, predomina o ceticismo em relação à possibilidade de avanços consistentes nas reuniões de Montevideu. 'O Brasil vai defender a elaboração de uma tablita de desgravação tarifária de produtos para os europeus. O Uruguai pressiona por maior rapidez no processo de liberalização comercial com a UE. E a Argentina quer impor ritmo mais lento que o pretendido por seu parceiro do bloco', dizem observadores, acreditando na impossibilidade de se fechar, já, uma proposta comum concreta e substancial.

Sugestões do setor industrial brasileiro, representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), já foram entregues ao governo e deverão fazer parte da proposta oficial brasileira à UE. Entre essas sugestões está uma lista de produtos denominados 'sensíveis' (que inclui máquinas e equipamentos, entre outros), que deverão ser contemplados com prazos mais longos (no mínimo 15 anos) para liberalização do mercado brasileiro.

Além da necessidade de entendimento no âmbito governamental, o Mercosul precisará também chegar a consensos no setor privado. Até porque, paralelamente à reunião do GMC, estará ocorrendo, também em Montevideu, reunião do Fórum Consultivo do Mercosul, que engloba vários segmentos da sociedade civil, sobretudo o setor industrial. (*Gazeta Mercantil*, 04/10/01)

**Fim da TEC ameaça negociações com UE** - A eventual suspensão da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul pode colocar um ponto final nas negociações entre o bloco e a União Européia (UE) para um acordo bilateral de livre comércio. Com o fim da TEC, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai estariam livres para adotar as tarifas externas que melhor se

ajustarem às necessidades de cada um. Mas, segundo uma fonte diplomática da UE em Brasília, se isso acontecer, o bloco europeu dificilmente estará disposta a negociar reduções tarifárias individualmente e produto a produto com cada um dos quatro membros do Mercosul. "A União Européia espera que a TEC seja mantida", disse a fonte. (*O Estado de São Paulo*, 04.10.01)

**Sem TEC, Argentina perde mercado no Brasil** - Principal alvo das críticas do ministro Domingo Cavallo ao Mercosul, a tarifa externa comum (TEC) tem um papel fundamental nas vendas da Argentina para o Brasil: dos 50 principais produtos da pauta de exportação do país vizinho, 43 têm proteção da TEC, segundo estudo realizado pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires. A TEC é a tarifa que os quatro sócios do Mercosul cobram para importar produtos de países que não integram o bloco. É a sua existência que torna o comércio entre os sócios mais vantajoso, já que os produtos locais estão livres de qualquer tarifa. Desde que assumiu o cargo, em março, Cavallo defende a extinção da TEC e a transformação da Mercosul em uma área de livre comércio, na qual cada sócio teria liberdade para definir suas tarifas de importação e sua política comercial com outros países. (*Valor Econômico*, 04.10.01)

**Argentina não foi invadida por produto brasileiro** - Ao contrário do que diversos setores empresariais argentinos alardearam nos últimos tempos, não houve uma "invasão" de produtos brasileiros nesse país. Segundo o Centro de Estudos Bonaerenses (CEB), em setembro as importações provenientes do Brasil despencaram 39,3%, ficando em US\$ 330 milhões. Em agosto, a queda foi de 30,3%.

Segundo o CEB, esses dados indicam que a forte recessão argentina - que já dura mais de três anos - está bloqueando as vantagens que os produtos brasileiros poderiam ter tido no território argentino após a desvalorização do real. A redução nas compras desses itens começou há cinco meses.

O economista Dante Sica, presidente do CEB, disse que o principal problema entre os dois sócios do Mercosul "não é a política cambial. Os números indicam que a recessão na Argentina e no Brasil é o fator que está bloqueando o comércio".

No mês passado, as exportações argentinas para o Brasil tiveram uma queda de 26,7% em relação ao mesmo mês de 2000, ficando em US\$ 447 milhões. Esta foi a pior queda desde outubro de 1999. As principais reduções nas compras brasileiras de produtos argentinos ocorreram na área de equipamentos para transportes, produtos agropecuários e combustíveis e lubrificantes. Nos primeiros nove meses do ano, a balança comercial permitiu à Argentina um superávit de US\$ 843,5 milhões. Esse resultado foi US\$ 350 milhões superior ao obtido no mesmo período de 2000. (*Estado de São Paulo*, 03/10/01)

**Prefeito de Buenos Aires chega a SP para abrir escritório comercial** - O prefeito de Buenos Aires, Aníbal Ibarra, chega hoje a São Paulo para inaugurar o primeiro escritório comercial portenho no exterior. Com a iniciativa, o governo de Buenos Aires pretende aumentar o volume de negócios entre as duas maiores metrópoles sul-americanas. O escritório comercial de Buenos Aires ficará dentro do consulado argentino em São Paulo. Ibarra desembarca em São Paulo acompanhado de 42 empresários para rodadas de negociação com mais de 150 empresários paulistas – seriam analisadas possibilidades de vendas, parcerias e contratos de distribuição. Ele traz também os secretários de Cultura, Educação, Meio Ambiente e Assistência Social. Segundo o prefeito, na área de cultura serão analisados acordos de cooperação entre os Teatros Colón de Buenos Aires e Municipal de São Paulo, para realização de montagens conjuntas de óperas. (*O Estado de São Paulo*, 04.10.01)

## Alca, UE, OMC

### Congresso dos EUA poderá aprovar o "fast track" -

Com o apoio da Casa Branca e depois de dias de tensas negociações de bastidores, o presidente da Comissão de Orçamento e Dotações da Câmara de Representantes, Bill Thomas, um republicano da Califórnia, introduziu formalmente ontem um projeto de lei que dá ao presidente George W. Bush a Autoridade de Promoção Comercial (TPA, ou "fast track").

Segundo Thomas, a legislação será discutida em comissão e poderá ser votada em plenário até o fim da próxima semana, embora ele ainda não tenha recebido garantia do presidente da Câmara, Dennis Hastert, de que esse cronograma é viável.

A linguagem do projeto de lei sobre cláusulas trabalhistas e ambientais foi suavizada em relação ao compromisso bipartidário divulgado na semana passada. Desapareceram, por exemplo, a menção a "penalidades" a países infratores e ao conceito de "paridade" dessas cláusulas com os demais elementos dos acordos comerciais. O texto esclarece que o padrão básico é o cumprimento pelos países de suas próprias leis ambientais e trabalhistas. Além disso, o projeto prevê que, na aplicação dessas cláusulas, leve-se em conta a capacidade institucional dos governos e o contexto geral de seus esforços para, no caso dos direitos trabalhistas, cumprir os princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que são amplamente reconhecidos e aceitos. Mas a linguagem sobre antidumping e agricultura não deixam muita margem a concessões por parte dos EUA.

A aprovação da TPA na Câmara reforça politicamente a posição dos Estados Unidos para levar adiante tanto a idéia da rodada e as negociações da ALCA, como a busca de acordos parciais com o Mercosul dentro do mecanismo 4+1, que foi formalmente reativado na semana passada. (Estado de São Paulo, 04/10/01)

**O protecionismo americano** - O relatório final da Embaixada do Brasil em Washington - acerca do protecionismo norte-americano - apresenta um quadro amplo das dificuldades que o Brasil enfrentará nas negociações para a abertura comercial.

Segundo dados do Departamento de Comércio dos EUA, ao longo de cinco anos, de 1996 a 2000, o Brasil acumulou cerca de US\$ 18,6 bilhões de déficit, em uma média de US\$ 3,7 bilhões ao ano, com pico de US\$ 6,3 bilhões em 1997. Em 2000, o déficit foi de US\$ 1,5 bilhão, segundo o Departamento de Estado, ou saldo de US\$ 364 milhões, segundo a Secex (Secretaria de Comércio Exterior). De janeiro a julho de 2001, o saldo comercial foi de US\$ 411 milhões, segundo a Secex, ou déficit de US\$ 1,3 bilhão, segundo o Departamento de Comércio dos EUA. Não são explicadas as disparidades.

Seja qual for o número, o déficit brasileiro é expressivo. No período, excluindo os países que são uma espécie de entreposto comercial para a Europa, o Brasil foi o segundo maior gerador de saldos comerciais dos EUA no mundo, atrás apenas da Austrália, em uma época na qual os EUA acumularam déficits comerciais médios anuais de cerca de US\$ 250 bilhões.(...)

Cerca de 60% dos produtos exportados pelo Brasil para os EUA são afetados, de alguma maneira, por restrições tarifárias e não-tarifárias no mercado norte-americano.

Em 95 páginas, o relatório esmiúça todos os mercados nos quais ocorre o protecionismo. A íntegra do documento pode ser obtida em **(Coluna de Luís Nassif)** (*Folha de São Paulo*, 05.10.01)

**Alianza Social inicia un proceso de acciones sindicales frente el ALCA** - En un encuentro denominado: "Mesa Alternativa frente al ALCA" La Alianza Social Continental junto con importantes organizaciones sindicales como La Central Sandinista de Trabajadores (CST), La Confederación de Unidad Sindical (CUS), La Confederación de Unidad Sindical Autónoma (CUS "A") y la Confederación Sindical de Trabajadores José Benito Escobar, iniciaron un proceso de acciones sindicales frente el ALCA mediante la realización de un Foro Social el día 24 de Septiembre, seguido por una marcha el 25 de Septiembre. Ambas manifestaciones se convirtieron en acciones denunciatorias del carácter excluyente del ALCA, evidenciado por la reunión secreta de los Viceministros de la organización. Así se confirmó que el movimiento sindical tiene la capacidad de seguir las reuniones que en cualquier parte se realicen sobre el ALCA (*ORIT- Reporte De Prensa- 03-10/2001*)

**EUA não abre mão de antidumping** - Os EUA não abrirão mão, nas negociações da OMC e da Alca, das medidas antidumping e antisubsídios, acusadas por seus competidores de disfarçar a mais eficaz forma de protecionismo do mercado americano da competição internacional. A restrição consta do projeto de lei que, se aprovado, dará autoridade ao atual governo para negociar acordos comerciais. O projeto, que deve ser votado hoje na Comissão de Orçamento e Dotações e na próxima semana no plenário da Câmara, fortalece o

mecanismo de aplicação de medidas antidumping e compensatórias. O item consta do capítulo que trata da " promoção de certas prioridades " , a lista de condicionalidades que o presidente americano terá que cumprir para poder se beneficiar da TPA (ex-fast-track), sigla em inglês de " autoridade para promoção comercial " .(Valor Econômico, 05.10.01)

**Lançada a base para negociar agricultura na OMC-** Os termos de referência para os países negociarem a liberalização do comércio agrícola mundial começaram a tomar a forma final ontem na Organização Mundial de Comércio com um texto apresentado pelo coordenador da elaboração da agenda da nova rodada global, Stuart Harbinson (Hong Cong, China). Em meio a fortes divergências sobre como reformar o comércio global de produtos agrícolas, Harbinson escolheu o meio caminho entre o que desejam exportadores e protecionistas nas áreas-chave de acesso ao mercado, preocupações não comerciais e tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento. O texto diz que o 'objetivo de longo prazo' deve ser uma 'reforma fundamental' para 'corrigir e evitar restrições e distorções nos mercados agrícolas'.(Gazeta Mercantil, 05.10.01)

Mais em : [http://www.wto.org/spanish/tratop\\_s/agric\\_s/implementation2001\\_s.htm](http://www.wto.org/spanish/tratop_s/agric_s/implementation2001_s.htm) (inglês, apenas)

### Empresas e setores

**CNI responde a posicionamento da UIA-** Os empresários

brasileiros não concordam com a proposta de seus colegas argentinos de suspender as regras do Mercosul temporariamente. Mais do que isso, avaliam que a União Industrial Argentina diplomática ao divulgar nota, na com a sugestão. Por isso, na Confederação Nacional da equivalente brasileira da UIA, àquela associação criticando a presidente da CNI, senador (PTB-RN), comparou ontem a ministro da Economia argentino, que, quase sempre, critica a política econômica do Brasil, principalmente a desvalorização do real, ameaçando romper com o bloco. "Eles estão seguindo o modelo Cavallo, mas é importante a preservação do Mercosul", disse Bezerra. (Jornal do Brasil, 03.10.01)

Em comunicado publicado na imprensa argentina, a UIA conclamou a suspensão do Mercosul, como oposição à desvalorização cambial do Brasil. UIA e CNI fazem parte do Conselho Industrial do Mercosul.

(UIA) foi pouco semana passada, segunda-feira, a Indústria (CNI), enviou uma carta atitude. O Fernando Bezerra posição da UIA à do Domingo Cavallo,

**Empresarios de Uruguay a favor del ALCA** - Una encuesta realizada por la Cámara de Industrias reveló que el 75% de los empresarios coincide en que la entrada en vigencia del ALCA resultará positiva.

Curiosamente los porcentajes son similares a los de una encuesta realizada en Brasil, donde el 70% de los empresarios ve como positiva la integración al ALCA, aunque un 84% de los consultados indicó que Brasil está relativamente mal parado frente a un acuerdo de esta naturaleza. (La República 1º/10/01)

**Crisis en el sector más dinámico** - El sector de telecomunicaciones e informática, que en los 90 registró un fuerte boom, vió este año caer sus ventas en casi 6% y sus inversiones en 37%. Lo anunció ayer Cicomra, que nuclea a las empresas del sector.

Según el diagnóstico presentado por la cámara, en la década pasada el negocio fue brillante pero ahora se atraviesa una severa crisis por el efecto combinado entre la recesión y la apertura desregulatoria. "Este año el PBI cae 5%, pero para nosotros es 15% si tenemos en cuenta que proyectábamos un crecimiento anual sostenido del 3%", dijo Norberto Agulleiro, encargado de la presentación. También sostuvo que ya se detectan pérdidas por incobrabilidad del 5% y que en algunas empresas hace cuatro meses que hay cuentas a cobrar.

En la cámara se asocian las empresas (Telefónica, Telecom, IBM, Siemens y muchas otras de tecnologías para información) que más dinero ganaron en la época del boom (y más transfirieron remesas al exterior). Pero ayer criticaron la carga impositiva ("del 45%", dijeron)

y señalaron que en la Argentina no hay tarifas elevadas en comparación a otros países. Que el sector más pobre del país haya pasado de gastar 9% de su ingreso total a 17% de él en servicios públicos, fue adjudicado a menores ingresos que al precio de esos servicios."(*Clarín*, 02.10.01)

**Estratégia contra boicote ao frango está pronta** - O Itamaraty se prepara para contestar as barreiras argentinas ao frango brasileiro na Organização Mundial do Comércio (OMC). Diplomatas revelaram ao Estado que o governo está na fase final da elaboração de uma queixa contra o principal sócio do País no Mercosul. Hoje, em Brasília, uma reunião entre o setor privado nacional e o governo poderá definir os últimos detalhes de como a queixa se concretizará. O Brasil argumenta que os direitos antidumping colocados por Buenos Aires às exportações nacionais de frango não se justificam e são, na realidade, medidas protecionistas. Os direitos antidumping são impostos após uma investigação que comprova que um determinado produto estaria entrando no mercado com preços desleais e gerando prejuízos à indústria nacional. (*O Estado de São Paulo*, 03.10.01)

**Plástico sob investigação de dumping** - O Departamento de Defesa Comercial (Decom), da Secretaria de Comércio Exterior, abriu uma investigação de dumping nas exportações para o Brasil de polietileno de baixa densidade linear originário da Argentina, dos Estados Unidos e do Canadá. A denúncia de dumping foi feita pela OPP Química, do Grupo Odebrecht, e pela Politen em setembro do ano passado e atualizada em julho. OPP e Politen são responsáveis por cerca de 80% da produção nacional da resina e atribuem parte da ociosidade em suas fábricas nos últimos meses à concorrência desleal com o produto importado. (*Gazeta Mercantil*, 04.10.01)

**Itaipú disfraza perdas que tendrá el Paraguay-** El ex viceministro de Minas y Energía Ricardo Canese advirtió que Itaipú intenta disfrazar las pérdidas que tendrá el Paraguay con la bajante de 10 metros de altura de su embalse (lago), con el fin de generar más energía para el Brasil, al divulgar informes técnicos, a través de diarios locales, que no se compadecen con la verdad.

La binacional, en un informe publicado el martes último, dice que "ampliarán la faja operativa del embalse" para garantizar la producción de energía, ante la sequía de los ríos en la alta cuenca del río Paraná, donde se emplaza la hidroeléctrica. Añade que la medida no afectará el normal funcionamiento de la usina, que abastece el 93 por ciento del mercado paraguayo y el 25 por ciento del mercado de São Paulo (Brasil).

Explicó que la pérdida económica se dará porque, al aumentar la salida de agua sobre las turbinas (reducción de embalse), habrá mayor generación, pero solo durante la bajante; al estancarse el lago bajarán la producción y el monto de las cuotas por cesión de energía. (*ABC Color*, 04.10.01)

**Importações de produtos químicos apresentam alta de 8,8%** - As compras externas de produtos químicos (orgânicos e inorgânicos) totalizaram, pela média diária, US\$ 19,423 milhões em setembro, o que representou uma alta de 8,8% se comparadas com as de igual período do ano passado. As informações são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

A liderança nas compras externas de produtos industrializados ficou com o setor de equipamentos mecânicos que, em setembro, adquiriu US\$ 37,244 milhões, pela média diária. Os números, entretanto, mostram um decréscimo de 5,5% frente aos valores importados em igual período de 2000.

As compras de veículos também se destacaram (US\$ 13,803 milhões, pela análise diária), mas apontam para uma queda de 37,6% na comparação com os números de setembro de 2000 (US\$ 22,138 milhões). (*Panorama Brasil*, 02/10/01)

**Anfavea reduz previsão de produção para 2001** - Depois de sobreviver às crises de energia, da Argentina, alta do dólar e elevação dos juros, as montadoras não resistiram aos efeitos negativos do terrorismo sobre a política econômica internacional e faz uma projeção que as montadoras instaladas no país fecharão o ano com uma produção de 1,8 milhão de

veículos. A nova projeção significa uma queda de 5,3%% em relação à previsão mantida até agosto, de fechar o ano com produção de 1,9 milhão de veículos.

Para reduzir o volume dos estoques, as montadoras começaram a adotar instrumentos de redução de produção. Nas últimas semanas, várias montadoras anunciaram programas de adequação de produção ao mercado, que vão colocar mais de 24 mil funcionários em "descanso forçado"

A última a se manifestar foi a Renault, que anunciou ontem que terá de parar por 11 dias a produção de veículos da fábrica de São José dos Pinhais (PR). Neste período, 1.300 dos 3.100 funcionários ficarão em casa. As horas trabalhadas a menos entrarão como débito no banco de horas da fábrica.

**Apesar da crise, a exportação de autos cresce** - As vendas externas em setembro (veículos inteiros, motores, peças e máquinas agrícolas) tiveram um aumento de 18,56% em relação ao mesmo mês do ano passado e de 20,70% em relação a agosto. No acumulado de janeiro a setembro exportaram US\$ 3,105 bilhões, um crescimento de 8,86% em relação à receita de US\$ 2,852 bilhões registrada no mesmo período do ano passado. ( *Folha Online*, 04/10/2001)

### Notas e Correspondências

**"Mercosul nas Universidades"** - Destaques desta edição: Lista dos 94 trabalhos aprovados para o II Encontro Anual do Fórum Universitário Mercosur;

Transformações e tendências da educação superior, Seminário na UnB debate desafios científico e tecnológico; Curso reúne jóvenes líderes del Mercosur; El derecho frente a la globalización y a la integración latinoamericana; Unión de Universidades de América Latina debate migración de profesionales e Competencias profesionales en examen. ([www.pucminas.br/Mercosul](http://www.pucminas.br/Mercosul))

Núcleo Editorial: Projeto Mercosul (PROMER) - PUC.Minas

Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 40 - Cx. Postal 1.686 - CEP 30.535-610 - Belo Horizonte – MG E-mail: [mercobol@pucminas.br](mailto:mercobol@pucminas.br)

### Rede Norte-Sul

Caros colegas,

Nós apresentamos orgulhosamente nosso novo website em inglês, português e alemão: [www.rede-norte-sul.de](http://www.rede-norte-sul.de)

DGB Bildungswerk  
Manfred Brinkmann

e-mail: [manfred.brinkmann@dgb-bildungswerk.de](mailto:manfred.brinkmann@dgb-bildungswerk.de)

**La guerra provocará más recesión en América latina** - Según el Banco Mundial, México y la Argentina serían los más perjudicados; el panorama no es diferente para los países desarrollados

Las naciones latinoamericanas sufrirán una desaceleración económica como resultado de los atentados terroristas que apuntaron directo al corazón de los Estados Unidos, el 11 de septiembre último.

Si antes de aquel terrible día el organismo mundial pronosticaba un crecimiento del 2,2% para 2002 en las naciones ricas, después de los devastadores episodios en el World Trade Center, en Nueva York, y en el Pentágono, en Washington, el número se redujo al 1 o al 1,5 por ciento. Las cosas no serán diferentes en América latina, una región que mantiene una fuerte ligazón comercial con los Estados Unidos.

En opinión de Guillermo Perry, economista jefe del Banco Mundial para América latina, todos los países se verán afectados "sea por los canales comercial, financiero, por el precio del petróleo o bien por vías indirectas", manifestó.

En tanto, marcó a Chile como una de las naciones con mayor posibilidad para defenderse debido a su sólida posición fiscal y a su fuerte sector privado.

Antes de los atentados terroristas, el Banco Mundial estimaba un crecimiento del producto bruto interno de América latina cercano al 1,9%, tras haber crecido en 2000 un 3,9 por ciento. Ahora, en los cálculos del organismo mundial de crédito, habrá una reducción adicional de entre el 0,5 y el 1 por ciento.

"Los ataques producidos en los Estados Unidos menoscabarán en 2001 y 2002 el crecimiento económico de los países en desarrollo alrededor del mundo, lo que llevará a la pobreza a otros 10 millones de personas el año próximo y obstaculizará la lucha contra la desnutrición y las enfermedades infantiles", dice el documento. (*La Nación*, 02.10.01)

### **Cuatrocientos comunicadores de Latinoamérica se reúnen en La Habana -**

Periodistas de todos los países latinoamericanos analizarán el impacto del neoliberalismo en sus países, y en particular en los medios de comunicación durante, un Congreso que debatirá del 8 al 10 de octubre en el Palacio de Convenciones de La Habana. Entre los participantes estarán 10 periodistas uruguayos, contándose entre ellos el secretario de Redacción de LA REPUBLICA, Gabriel Mazzarovich, y el periodista Carlos Peláez

El presidente de la Unión de Periodistas de Cuba (UPEC) dijo en conferencia de prensa que "el congreso de periodistas latinoamericanos en Cuba buscará analizar las políticas de los medios de prensa controlados por las grandes transnacionales que reflejan hoy sin objetividad al mundo como si fuera una gran burbuja informativa". (*La República*, 05.10.01)

**Utopia pacifista** - Pode parecer utópico demais, especialmente em tempos tão duros, supor que a sociedade civil, mesmo a mundial, tenha chances de impedir uma guerra. Mas não será que não é justamente de utopias que o mundo precisa diante de tantas tragédias? Pode soar ainda mais irreal imaginar que, conectados em rede – não apenas através da Internet, mas nas redes de relacionamento que o sociólogo espanhol Manuel Castells identifica como nova forma de organização social – cidadãos globalizados possam reagir e se contrapor à guerra dos EUA contra o terrorismo.

No entanto, é exatamente esta a linha que defende o sociólogo Augusto de Franco no artigo Uma guerra contra a democracia, em que ele afirma que a principal perda do "estado de guerra" será a dos aspectos positivos da globalização. Ou seja, o estado de guerra fará retroceder os pactos mundiais em torno dos direitos humanos e a idéia de que é possível constituir uma "cidadania planetária". (...) (*Carla Rodrigues*, NO 03.10.01) Leia Íntegra do artigo de Augusto de Franco **Uma guerra contra a democracia** (em pdf)